A sistemática dos prazos processuais prevista na legislação eleitoral é comum a todas as partes legitimadas para o processo, mesmo que num dos pólos esteja o Ministério Público Eleitoral.

É intempestivo recurso interposto fora do prazo previsto no art. 96, § 8º da Lei das Eleições.

Recurso não conhecido, face a sua intempestividade.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, não conhecer do recurso, ante sua intempestividade, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.183

RECURSO ELEITORAL N.º 3897 – PARÁ (MUNICÍPIO DE ALTAMIRA)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Recorrente: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB, por sua Comissão Provisória de Altamira / Pa.

Advogado: LUIZ OTÁVIO CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR

Recorrida: ODILEIDA MARIA DE SOUSA SAMPAIO

Advogados: CÁSSIA PANTOJA e Outros

RECURSO ELEITORAL INTEMPESTIVO – NÃO CONHECIMENTO.

O prazo para interposição do recurso eleitoral contra decisão proferida em representação é de 24 (vinte e quatro) horas contados da data da intimação da decisão em cartório, razão pela qual não observando o recorrente esse prazo, o seu recurso não merece ser conhecido.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, não conhecer do recurso, ante sua intempestividade, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.184

RECURSO ELEITORAL N.º 4079 – PARÁ (MUNICÍPIO DE URUARÁ)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Recorrente: ERALDO SORGE SEBASTIÃO PIMENTA

Advogado: GILSON FIGUEIRA DOS SANTOS

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO À 79ª ZONA ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – SENTENÇA NULA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

É nula a decisão de primeiro grau que não oportunizou o recorrente a apresentar defesa sobre a representação contra si proposta. Cerceamento de defesa. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, para anular o processo a partir da sentença, oportunizando ao recorrente a sua defesa em 1º grau e determinar que os autos retornem ao Juízo da 79ª Zona Eleitoral, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.185

RECURSO ELEITORAL N.º 4096 – PARÁ (MUNICÍPIO DE URUARÁ)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Recorrente: ERALDO SORGE SEBASTIÃO PIMENTA

Advogado: GILSON FIGUEIRA DOS SANTOS

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO À 79ª ZONA ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – SENTENÇA NULA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

É nula a decisão de primeiro grau que não oportunizou o recorrente a apresentar defesa sobre a representação contra si proposta. Cerceamento de defesa. Recurso conhecido e parcialmente provido.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, para anular o processo a partir da sentença, oportunizando ao recorrente a sua defesa em 1º grau e

determinar que os autos retornem ao Juízo da 79ª Zona Eleitoral, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.186

RECURSO ELEITORAL N.º 4120 – PARÁ (MUNICÍPIO DE BREVES)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Recorrente: ARMANDO DE BRITO MACHADO FILHO

Advogado: CLÁUDIO GEMAQUE MACHADO

RECURSO ELEITORAL – PROPAGANDA IRREGULAR – PODER DE POLÍCIA – ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA MULTA – NULIDADE DA DECISÃO.

O juiz eleitoral não poderá usar de seu poder de polícia para aplicar multa por propaganda eleitoral irregular. Recurso conhecido e provido para declarar a nulidade da decisão.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso, para declarar a nulidade da decisão de primeiro grau, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.187

RECURSOS ELEITORAIS N.OS 4222 E 4236 – PARÁ (MUNICÍPIOS DE BELÉM E ALTAMIRA)

Relator: Juiz JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

Recorrentes: JOSÉ BENITO PRIANTE JÚNIOR e COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA “MELHOR PRA BELÉM” (4222-RE)

Advogados: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR e OUTROS

Recorrida: COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA

“UNIÃO POR BELÉM” (4222-RE)

Advogados: IGOR CASTRO NASCIMENTO e OUTROS

Recorrente: COLIGAÇÃO “CUIDANDO DA NOSSA GENTE” (4236-RE)

Advogados: CÁSSIA DE FÁTIMA SANTANA MENDES PANTOJA E OUTROS

Recorrida: COLIGAÇÃO “NADA VENCE O TRABALHO” (4236 -RE)

Advogado: LUIZ OTÁVIO CAMPOS DE SOUZA JÚNIOR

Com o encerramento da propaganda eleitoral gratuita para o primeiro turno das eleições de 2008 no dia 02 de outubro (art. 27, I e II, da Resolução TSE nº 22.718), impossível o cumprimento da decisão que eventualmente viesse a modificar as decisões recorridas.

Recursos considerados prejudicados ante a superveniente perda de objeto.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, julgar prejudicados os recursos ante a superveniente perda de objeto, extinguindo os feitos sem resolução de mérito, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.188

AÇÃO CAUTELAR N.º 75 – PARÁ (MUNICÍPIO DE BELÉM)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Requerentes: COLIGAÇÃO “UNIÃO POR BELÉM” e DUCIOMAR GOMES DA COSTA

Advogados: MANOEL MACHADO JÚNIOR e OUTROS

Requerida: COLIGAÇÃO MAJORITÁRIA “MELHOR PRA BELÉM”

Advogados: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR e OUTROS

AÇÃO CAUTELAR – VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA EM HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO – TÉRMINO DAS ELEIÇÕES – PERDA DO OBJETO.

Com o término das eleições, o objeto perseguido na presente ação não mais subsiste. Extinção do processo sem resolução do mérito.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, julgar extinto o processo sem resolução do mérito, ante a perda de seu objeto, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO - Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.189

RECURSO ELEITORAL N.º 4221 – PARÁ (MUNICÍPIO DE BELÉM)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Recorrente: JOSÉ BENITO PRIANTE JÚNIOR

Advogados: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS

Recorridos: DUCIOMAR GOMES DA COSTA e COLIGAÇÃO

“UNIÃO POR BELÉM”

RECURSO ELEITORAL – DIREITO DE RESPOSTA – TÉRMINO DAS

ELEIÇÕES – PERDA DO OBJETO.

Com o término das eleições, o objeto perseguido no presente recurso não mais subsiste. Recurso conhecido e julgado prejudicado.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, julgar prejudicado o recurso, em razão da perda superveniente do seu objeto, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.190

RECURSO ELEITORAL N.º 4241 – PARÁ (MUNICÍPIO DE ANANINDEUA)

Relator: Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL

1º Recorrente: HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Advogados: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS

2º Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO À 43ª

ZE - ANANINDEUA

1º Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO À 43ª

ZE - ANANINDEUA

2º Recorrido: HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Advogados: INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E OUTROS

3ª Recorrida: RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA

Advogado: RANKINI NASCIMENTO CAJAZEIRA

PROPAGANDA ELEITORAL. MURO PARTICULAR. PINTURA.

EXTENSÃO DE 4M2. REPETIÇÃO. INTERCALAÇÃO DE

PROPAGANDAS. ESPAÇAMENTOS EM BRANCO. LICITUDE.

1. A afixação de pinturas em muros particulares, em extensão

não superior a 4m2 individualmente considerados por si só não

induz ilicitude de propaganda eleitoral.

2. À míngua de vedação legal, a repetição de pinturas, no

tamanho de lei, via intercalação de propagandas outras e

espaçamentos em branco, não revela forte apelo visual próprias

da espécie outdoor.

3. Recurso provido.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer e dar provimento ao recurso interposto por Helder Zahluth Barbalho para, reformando in totum a sentença guerreada, reconhecer a regularidade da propaganda eleitoral levada a efeito pelos representados e, quanto ao segundo recurso, julgar prejudicado, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

– Presidente, Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL

- Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral

ACÓRDÃO N.º 22.191

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 282 – PARÁ (MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Impetrante: EDNALDO TEMBÉ

Advogado: Luiz Tiago Coelho Pontes

Autoridade Coatora: JUÍZO DA 41ª ZONA ELEITORAL - OURÉM

MANDADO DE SEGURANÇA – DIREITO DE RESPOSTA –

TÉRMINO DAS ELEIÇÕES – PERDA DO OBJETO.

Com o término das eleições, o objeto perseguido na presente

ação não mais subsiste. Extinção do processo sem resolução do

mérito.

ACORDAM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do

Pará, à unanimidade, julgar extinto o processo sem resolução

do mérito face a perda de objeto, nos termos do voto do

Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 20 de novembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA –

Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator,

Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral